



Relatório de Reunião com Recomendações

Companhia Energética do Estado de Minas Gerais – Cemig

1º Quadrimestre – 2019

Data da reunião: 10/6/2019



ASSEMBLEIA FISCALIZA – 1º QUADRIMESTRE DE 2019

RELATÓRIO DE REUNIÃO DE COMISSÃO

Prestação de informações sobre a gestão da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig

I – Apresentação

No dia 10/6/2019, a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização e as Comissões de Minas e Energia e Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, por ela convidadas, receberam Cledorvino Belini, diretor-presidente da Cemig, que prestou informações sobre a gestão de suas áreas de competência relativamente ao 1º quadrimestre de 2019, em atendimento ao art. 54 da [Constituição do Estado](#).

II – Presenças

- **Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização):**

Dep. Rosângela Reis / PODE (Presidente)

Dep. Marquinho Lemos / PT (Vice-Presidente)

Dep. Ione Pinheiro / DEM

Dep. Thiago Cota / MDB

- **Outras presenças:**

Dep. Virgílio Guimarães / PT

Dep. Antonio Carlos Arantes / PSDB

Dep. Alencar da Silveira Jr. / PDT

Dep. Carlos Pimenta / PDT

Dep. Arlen Santiago / PTB

Dep. André Quintão / PT

Dep. Gustavo Valadares / PSDB

Dep. Ana Paula Siqueira / REDE

Dep. Doutor Jean Freire / PT

Dep. Gustavo Santana / PL

Dep. Beatriz Cerqueira / PT

Dep. Professor Irineu / PSL

Dep. Zé Reis / PSD

III – Discussões

Os principais temas discutidos durante a reunião foram:

1) Privatização da Cemig. Por um lado, a medida foi apresentada pela presidência da empresa como essencial para promover redução de custos e dar agilidade a seus processos, o que beneficiaria a companhia nos aspectos de rentabilidade, agilidade e eficiência na prestação de serviços à sociedade. Por outro lado, foi questionada por muitos deputados que veem a privatização como ameaça à dimensão estratégica e à função social da Cemig no campo das políticas públicas e como dilapidação de um patrimônio de grande importância simbólica para o povo mineiro, além de um risco ao atendimento de milhões de clientes de baixa renda e ao suporte de políticas públicas de inclusão social e produtiva, a exemplo do Programa Luz para Todos. No atual cenário de crise fiscal, caso venha a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal da União, conforme regras estabelecidas pela [Lei Complementar Federal nº 159/2017](#), como vem sinalizando o Poder Executivo do Estado, Minas Gerais estará obrigada a privatizar empresas públicas, entre elas a Cemig. Tal medida enfrenta severas dificuldades posto que há comando constitucional que exige plebiscito para viabilização desse objetivo;

2) Capacidade e planejamento de investimentos da Cemig até 2023. O detalhamento das demandas de investimentos que, segundo a diretoria da Cemig, são necessários à sua manutenção como empresa atualizada e eficiente, remete à quantia de R\$27 bilhões nos próximos seis anos, divididos como se segue:

- R\$ 6,0 bilhões de investimentos em atraso (valor já previsto e planejado até 2023 no fluxo de caixa da empresa);
- R\$ 2,0 a R\$ 4,0 bilhões em digitalização de processos e tecnologia da informação;
- R\$ 8,0 bilhões para renovação de outorgas vincendas (2024 e 25);
- R\$ 4,0 bilhões para desenvolvimento de energias renováveis (solar e eólica);

Faz-se necessário, portanto, aprofundar a reflexão sobre as possíveis fontes de recursos, incluída a privatização de ativos da empresa, as parcerias com investidores ou mesmo o eventual endividamento da companhia. Deve ser detalhado pela empresa a esta Casa o plano de desinvestimentos em ativos não estratégicos para levantar recursos e os ajustes legais que se fazem necessários para sua viabilização;

3) Universalização de acesso à eletrificação rural já alcançado (Programa Luz para Todos) e obrigações posteriores da Cemig. De largo efeito social, esse programa foi mantido com recursos federais e estaduais, e em Minas está próxima a meta de atendimento a toda a demanda mapeada. No entanto, mesmo com a obrigação de tratamento residual, a cada ano, das novas demandas resultantes da dinâmica fundiária e populacional, a adoção do critério de um

atendimento gratuito de eletrificação rural por imóvel rural documentado tem se mostrado insuficiente para o atendimento à situação real, visto que famílias eventualmente se dividem e partilham imóveis sem o parcelamento formal e em condições que inviabilizam o compartilhamento da mesma rede de energia, gerando uma nova legião de excluídos. O equacionamento dessa demanda foi abordado por parlamentares e aguarda solução da qual tem que participar a Cemig.

Além desses temas que provocaram maior debate na reunião, também foram discutidas as seguintes questões:

- Estrutura corporativa da Cemig, com dezenas de subsidiárias ou participações em Sociedades de Propósito Específico (por exemplo, Light e Santo Antônio Energia), totalizando cerca de 180 CNPJs;

- Modelo remuneratório da Cemig para presidente, diretores, conselheiros e seus suplentes (tema enfatizado pela Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização – [RQC nº 1.858/19](#));

- Segurança do trabalho e índices de afastamento comparados entre funcionários próprios e terceirizados;

- Precarização do trabalho no âmbito da Cemig (terceirização);

- Planejamento de investimento em expansão de linhas de transmissão/distribuição, necessárias à conexão de unidades de geração distribuída, previstas e já contratadas até 2030 pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE – e o Operador Nacional do Sistema – ONS – (tema enfatizado pela Comissão Extraordinária de Energias Renováveis e Recursos Hídricos – [RQC nº 1.846/2019](#));

- Sistemática de cobrança e corte de energia para operação de poços tubulares profundos instalados como resultado de política pública de promoção de acesso à água para abastecimento humano. Houve comprometimento do presidente da Cemig em apresentar solução para essa demanda;

- Expansão de unidades de geração distribuída de fontes de energia renováveis – mercado, tendências e estratégia;

- Elevado custo de energia em relação a outras distribuidoras nacionais e internacionais e política tributária estadual sobre a energia elétrica;

- Outorgas vincendas de usinas hidrelétricas e necessidade de admissão de parceiros privados para custear a renovação das concessões (privatização na geração relativa a essas outorgas vincendas).

- Situação do repasse dos serviços de iluminação pública para os municípios, indicando as responsabilidades da empresa na prestação desse serviço e na arrecadação e repasse da tarifa de iluminação pública às prefeituras.

IV – Recomendações

Em atendimento ao art. 9º da [Deliberação nº 2.705, de 23/4/2019](#), as comissões apresentaram recomendações decorrentes da reunião na forma dos requerimentos a seguir.

Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização:

- [RQN nº 1.840, de 2019](#) – Pedido de informações ao presidente da Cemig sobre o custo médio por empregado na Cemig, inclusive com a apresentação da distribuição salarial (número de empregados por faixa salarial, em tabela de 20 faixas) e da distribuição de remuneração (número de empregados por faixa de salários, mais benefícios, mais gratificações, em tabela de 20 faixas) e informações sobre salários por função/ocupação.
- [RQN nº 1.823, de 2019](#) – Pedido de informações ao presidente da Cemig sobre a declaração da necessidade de investimentos da ordem de R\$ 27 bilhões por parte da empresa, com especificação da aplicação de valores segundo destino e ano.
- [RQN nº 1.825, de 2019](#) – Pedido de informações ao presidente da Cemig sobre a terceirização na empresa, com apresentação de dados sobre áreas terceirizadas, quantas empresas, quantos empregados envolvidos por empresa e área, número de acidentes e indicadores de gravidade de empregados terceirizados e, se possível, qual a média salarial por área e empresa dos trabalhadores das terceiras.
- [RQN nº 1.822, de 2019](#) – Pedido de informações ao presidente da Cemig, consubstanciadas no detalhamento dos perfis dos clientes urbanos e rurais da distribuidora, da participação de cada um deles no faturamento da empresa e do impacto de cada um na viabilidade financeira da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.
- [RQN nº 1.807, de 2019](#) – Pedido de providências à Cemig para que seja retomado o fornecimento de energia necessário para o funcionamento dos poços artesianos de comunidades rurais de áreas que convivem com a seca, os quais se encontram paralisados por inadimplência com a empresa, e para que seja alterado o mecanismo de cobrança de energia elétrica para esses poços, resolvendo, em especial, os problemas relacionados à

titularidade dos serviços e à suspensão dos serviços e do fornecimento de energia em caso de inadimplência.

- [RQN nº 1.813, de 2019](#) – Pedido de providências à Cemig para o desenvolvimento de um programa para o atendimento de domicílios de áreas rurais que estão sem acesso à energia elétrica no Estado devido aos critérios de atendimento gratuito de eletrificação rural estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

Comissão Extraordinária de Energias Renováveis e Recursos Hídricos:

- [RQC nº 2.870, de 2019](#) – Solicitação de realização de audiência pública para debater o plano de negócios da Cemig no âmbito da geração distribuída por meio de fontes de energia renováveis nos campos da geração e da transmissão.
- [RQC nº 2.864, de 2019](#) – Solicitação de realização de audiência pública para debater o planejamento de investimentos em expansão de linhas de transmissão/distribuição, em especial no território mineiro, necessárias à conexão de unidades de geração distribuída, previstas e já contratadas até 2030 pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE – e pelo Operador Nacional do Sistema – ONS.
- [RQC nº 2.863, de 2019](#) – Solicitação de realização de audiência pública para debater o plano de captação de investimentos e de desinvestimentos da Cemig para ativos não estratégicos e as sugestões de adequações legislativas necessárias para sua concretização.

Sala das Reuniões, de de 2019.

Deputada Rosângela Reis

Presidente da 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização
– Assembleia Fiscaliza